

ACÓRDÃO

PROC. Nº 00281.2009.000.13.00-6-E

AGRAVO REGIMENTAL

AGRAVANTE: COMPANHIA ESTADUAL DE HABITAÇÃO POPULAR – CEHAP

AGRAVADA: JUÍZA RELATORA DO MS 00281.2009.000.13.00-6

E M E N T A:

AGRAVO REGIMENTAL EM MANDADO DE SEGURANÇA. PERDA SUPERVENIENTE DO OBJETO. CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES IMPOSTAS EM AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TERMO DE AJUSTE DE CONDUTA.

I – Cuidam os autos de Agravo Regimental interposto por sociedade de economia mista estadual, rebelando-se contra o indeferimento da petição inicial de Mandado de Segurança impetrado com o objetivo de anular os efeitos da execução do termo de ajuste de conduta promovida pelo Ministério Público do Trabalho.

II – Delineia-se, no caso, a perda do objeto do Agravo Regimental, haja vista que, tendo sido cumpridas as obrigações impostas pela autoridade impetrada, consistentes na exoneração dos ocupantes de cargos comissionados (tidos por ilegais) e na contratação de pessoal concursado, não há mais que se cogitar no manejo da ação mandamental como instrumento hábil à pretendida paralisação do curso da execução. Ou seja, o ato praticado pela própria executada torna inócuo o Mandado de Segurança para os fins pretendidos, diante da consumação do quadro fático que se tentou evitar, sendo certo, em tal contexto, que o Agravo Regimental, que visa à continuidade da referida ação mandamental, não pode mais trazer nenhuma utilidade à agravante.

III – Agravo Regimental que se reputa prejudicado, por manifesta perda de seu objeto.

Vistos etc.

Trata-se de Agravo Regimental interposto pela COMPANHIA ESTADUAL DE HABITAÇÃO POPULAR – CEHAP, objetivando a

reforma da decisão mediante a qual foi indeferida a petição inicial do Mandado de Segurança n. 00281.2009.000.13.00-6, impetrado contra ato praticado pelo Juiz do Trabalho da 5ª Vara de João Pessoa, nos autos da Ação de Execução de Termo de Ajuste de Conduta n. 00613.2009.005.13.00-4, ajuizada pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO.

Os fundamentos consignados na decisão em destaque, para indeferir a petição inicial, pautaram-se principalmente nas disposições contidas no art. 5º, inciso II, da Lei n. 12.016, de 07.08.2009, o qual estabelece ser incabível o manejo da ação mandamental quando se tratar de decisão judicial da qual caiba recurso com efeito suspensivo (Tram. 12).

Em sua exposição recursal, a agravante insiste na alegação de que a autoridade impetrada antecipou a tutela de mérito perseguida na Ação de Execução, sem haver pedido da instituição exequente, de modo que, em sua ótica, a situação amolda-se perfeitamente à diretriz contida na Súmula 414 do TST. Assevera que, ao contrário do que se expôs na decisão objurgada, os embargos à execução não suspendem o cumprimento da antecipação da tutela de mérito, contra a qual não há recurso previsto na legislação processual. Acrescenta que, ainda que houvesse a possibilidade de recurso, o caso exposto na petição inicial autorizaria o manejo da ação mandamental, em razão do dano irreparável que a decisão inquinada lhe causará, com a inexorável paralisação de todas as atividades, especialmente os Programas Habitacionais denominados “Minha Casa, Minha Vida” e “Pró-Moradia”, que beneficiarão 25.000 famílias carentes, mediante entrega de residências populares nos 223 municípios da Paraíba, porquanto todos os trabalhos são coordenados, chefiados e assessorados justamente pelos ocupantes dos cargos em comissão. Pugna, ao final, pelo provimento do Agravo Regimental a fim de que seja reconhecido e proclamado o cabimento do Mandado de Segurança, afastando-se o indeferimento da petição inicial e, ao mesmo tempo, que seja concedida a medida liminar requerida (Protocolo 12.197/2009).

O Ministério Público do Trabalho, na condição de autor da Ação de Execução, apresentou requerimento, no qual acena com a tese de perda superveniente do objeto do Mandado de Segurança, mormente em virtude de a própria empresa executada haver exonerado os ocupantes dos “falsos empregos em comissão” e ter convocado os candidatos aprovados em concurso público (Tram. 36).

Na condição de *custos legis*, o *Parquet* emitiu parecer opinando pelo não provimento do Agravo Regimental (Tram. 37).

É o relatório.

V O T O

ADMISSIBILIDADE

Conforme certificado pela Secretaria Judiciária (Seq. 18), a agravante, no afã de reformar a decisão objurgada, apresentou duas petições recursais.

A primeira delas, de protocolo n.12197/2009, foi anexada aos autos em 31.08.2009, tão logo o pronunciamento judicial foi publicado na *internet*; a segunda petição, de protocolo n. 13085/2009, foi trazida em 10.09.2009, após a decisão ter sido disponibilizada no Diário da Justiça Eletrônico.

No contexto, observa-se que a primeira peça atende ao requisito da tempestividade, uma vez que apresentada dentro do prazo de oito dias contados a partir do momento em que a agravante teve ciência da decisão, ainda que este fato tenha ocorrido antes da publicação no órgão oficial.

Os demais pressupostos recursais encontram-se regularmente preenchidos, pelo que se impõe conhecer a referida petição como Agravo Regimental.

A segunda petição, porém, não merece ser conhecida, não só porque a sua existência não tem a menor razão de ser, como também pelo fato de que sua interposição contraria o princípio da unirrecorribilidade.

MÉRITO

O presente Agravo Regimental é interposto contra a decisão proferida por esta magistrada, que indeferiu a petição inicial do Mandado de Segurança impetrado contra ato praticado pelo Juízo da 5ª Vara do Trabalho de João Pessoa, nos autos da Ação de Execução de Termo de Ajuste de Conduta n. 00613.2009.005.13.00-4.

A agravante defende que a ação mandamental é adequada ao seu intento de paralisar os atos executórios, mormente em razão de ter sido impetrada contra decisão de antecipação de tutela de mérito, a qual não é, no Processo do Trabalho, suscetível de recurso com efeito suspensivo.

Na verdade, a agravante enxerga a existência de uma fictícia tutela antecipada no intento de forçar o cabimento da ação

mandamental, mediante o enquadramento na Súmula 414 do TST.

Ora, o ato contra o qual se insurge a impetrante trata-se tão-somente de uma decisão de rejeição da exceção de pré-executividade, por meio da qual se determinou, como corolário lógico, o prosseguimento dos atos de execução, conducentes ao cumprimento da obrigação contida no título executivo extrajudicial (termo de ajuste de conduta).

Note-se que a matéria versada na petição inicial não diz respeito à fase cognitiva de uma ação trabalhista.

O ato judicial foi praticado em ação de execução, com o objetivo de satisfazer obrigação certa, líquida e exigível constante do título executivo extrajudicial, que deixou de ser cumprida voluntariamente pela agravante.

Em outras palavras, não se vislumbra, no decorrer do processo, a aludida antecipação de tutela, que justifique o manejo do mandado de segurança sob a ótica da Súmula 414, item II, do TST.

A autoridade impetrada, ao determinar, entre outras providências, o afastamento de pessoas admitidas sem concurso público, ocupantes de cargos comissionados e a admissão do pessoal aprovado em concurso público já realizado, no prazo de trinta dias, apenas deu cumprimento ao comando dos arts. 876 e 880, § 1º, da CLT, assim vazados (grifos acrescentados):

Art. 876 - As decisões passadas em julgado ou das quais não tenha havido recurso com efeito suspensivo; os acordos, quando não cumpridos; **os termos de ajuste de conduta firmados perante o Ministério Público do Trabalho** e os termos de conciliação firmados perante as Comissões de Conciliação Prévia serão executada pela forma estabelecida neste Capítulo.

Art. 880. Requerida a execução, o juiz ou presidente do tribunal **mandará expedir mandado de citação do executado**, a fim de que cumpra a decisão **ou o acordo** no prazo, **pelo modo e sob as cominações estabelecidas** ou, quando se tratar de pagamento em dinheiro, inclusive de contribuições sociais devidas à União, para que o faça em 48 (quarenta e oito) horas ou garanta a execução, sob pena de penhora.

§ 1º **O mandado de citação deverá conter** a decisão exequenda ou **o termo de acordo não cumprido**.

Observa-se, portanto, que o feito seguiu o curso regular previsto em lei, com a expedição de mandado de citação para o cumprimento das cláusulas previstas no termo de ajuste de conduta. Não se

divisa, no procedimento adotado pela autoridade impetrada, a alegada antecipação de tutela, mesmo porque a execução do título extrajudicial não tem por finalidade a obtenção de uma sentença de mérito.

Por outro lado, não prospera a argumentação da impetrante de que a eventual impugnação do ato objurgado, por não ter efeito suspensivo, justificaria o manejo da ação mandamental.

Da leitura dos arts. 884 e 897 da CLT, em combinação com o art. 587 do CPC, percebe-se claramente que a agravante dispõe de embargos e sucessivo recurso (agravo de petição) para opor-se contra os atos executivos, com todas as garantias inerentes ao devido processo legal.

Sublinhe-se que, nos termos do art. 5º da Lei n. 12.016/2009, não cabe mandado de segurança quando se tratar de decisão judicial da qual caiba recurso com efeito suspensivo.

No caso vertente, há uma via ordinária disponibilizada à parte para discutir sobre irregularidades que entende existir na execução do título extrajudicial que lhe é dirigida, inclusive com a possibilidade de imprimir-se efeito suspensivo à sua eventual irresignação, conforme expressamente previsto no citado art. 587 do CPC, não se justificando, portanto, a utilização do mandado de segurança.

Aliás, a consulta do andamento do Proc. 00613.2009.005.13.00-4 no SUAP revela que a impetrante já fez uso dessa via ordinária, ao apresentar Embargos à Execução perante o Juízo da 5ª Vara do Trabalho de João Pessoa no dia 21.07.2009, e subsequente Agravo de Petição no dia 21.09.2009, neles aventado os mesmos temas agitados neste Mandado de Segurança.

Outrossim, também não se sustenta a justificativa apresentada pela agravante para ver admitido o Mandado de Segurança, assentada no argumento de que a concretização da ordem judicial trará prejuízos irreparáveis à continuidade do programa de habitação popular.

Em uma análise abstrata do caso, constata-se que as obrigações assumidas no Termo de Ajuste de Conduta remontam ao ano de 2005, não havendo como aceitar, a esta altura, a ocorrência de danos gerados pela exiguidade de tempo como amparo para o cabimento do Mandado de Segurança.

Observe-se, ainda, que a parte invoca temas complexos no Mandado de Segurança, que exigiriam dilação probatória, tais como a sua condição de “empresa dependente”, com relações jurídicas sujeitas

à competência da Justiça Comum, e a existência de uma lei estadual que teria o condão de tornar regulares as contratações combatidas pelo Ministério Público do Trabalho.

O mandado de segurança, como se sabe, não comporta o debate de temas de considerável indagação jurídica, que é afeta aos remédios processuais ordinários, nos quais a cognição é exauriente.

Outrossim, pela consulta por meio do SUAP, também se constata que, nos dias 07 e 20.10.2009, a agravante apresentou petições perante a autoridade impetrada, informando que cuidou de exonerar todos os ocupantes dos chamados cargos “comissionados” e que estava a providenciar a nomeação de concursados. Ou seja, a própria recorrente sinaliza com a realização de atos tendentes ao cumprimento da obrigação firmada perante o MPT, circunstância que, no sentir desta julgadora, ainda mais enfraquece a alegação de ofensa a direito líquido e certo, que mereça ser protegido por mandado de segurança.

Aliás, convém ressaltar que a pretensão da agravante, manifestada no Mandado de Segurança, sofreu duro golpe com a solução conferida à Reclamação 9.135, recentemente ajuizada por aquela entidade, em conjunto com o Estado da Paraíba, perante o Supremo Tribunal Federal.

Em decisão proferida no dia 08.10.2009, o Ministro Cezar Peluso (Relator) rechaçou o intento da agravante de ver reconhecida a incompetência da Justiça do Trabalho para afastar as pessoas nomeadas para os cargos comissionados, tidos pelo Ministério Público do Trabalho como ilegais. Ao discorrer sobre o tema, o ministro teceu as seguintes considerações:

No caso, dúvida não há, até porque os próprios reclamantes o reconhecem, de que a CEHAP é pessoa jurídica de direito privado, com personalidade jurídica própria, que reveste a forma de sociedade anônima de capital misto, integrada à administração indireta do Estado da Paraíba, o qual lhe detém o controle acionário. Não foi por outra razão que, com acerto, a decisão impugnada excluiu do pólo passivo da execução o Estado ora reclamante.

Tais empresas, quer prestem serviços públicos, quer explorem atividades econômicas em sentido estrito, sujeitam-se ao regime de **emprego público**, caracterizado pela existência de vínculo funcional de natureza contratual entre o agente público e a entidade administrativa, ou seja, por contrato de trabalho sujeito à legislação trabalhista. E, em razão da natureza híbrida que ostentam, o regime de emprego, tipicamente privado, não exclui a exigência de contratação mediante concurso público, como se cansa de decidir esta Corte.

[...]

Forçoso concluir, pois, pela só natureza jurídica da CEHAP, que o vínculo subjacente às demandas que se estabeleçam entre ela e seus empregados, ou entre ela e o Ministério Público, para discussão de aspectos atinentes às relações de trabalho, será sempre celetista, e, por isso mesmo, tais lides estarão sempre sujeitas à competência da Justiça Trabalhista. E essa conclusão não se altera pela superveniência da Lei estadual nº 8.447/ 2008.

Por essa especial razão, a decisão impugnada, longe de ofender o julgamento desta Corte na ADI nº 3395, com ele se harmoniza integralmente, como se tem proclamado.

Na ocasião, o eminente ministro também fez ver que o intento das entidades reclamantes, escudadas na existência da Lei n. 8.447/2008, que criou diversos cargos com uma roupagem diversa da empregatícia, não poderia ser levado a sério, mormente quando considerado o fato de que, há pouco tempo, uma outra lei editada pelo Estado da Paraíba, de conteúdo semelhante, havia sido declarada inconstitucional.

Como se vê, a pretensão da requerente, externada no presente Agravo de Regimental, não encontra o menor sustentáculo.

Ante o exposto, nego provimento ao Agravo Regimental.

ACORDAM os Desembargadores do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, com a presença do Representante da Procuradoria Regional do Trabalho, Sua Excelência o Sr. Procurador EDUARDO VARANDAS ARARUNA, por unanimidade, NEGAR PROVIMENTO ao agravo regimental.

HERMINEGILDA LEITE MACHADO
Juíza Relatora